Capítulo I

CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL 27

1. Constituição e constitucionalismo 27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais 33
3. A unidade normativa da Constituição 40

Capítulo II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO 43

1. Considerações iniciais 43
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do controle de constitucionalidade 44
 - 2.1. Conceito 44
 - 2.2. Pressupostos 46
 - 2.2.1. A Constituição escrita e formal 46
 - 2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema 46
 - 2.2.3. A previsão de órgão competente 48
 - 2.3. O controle judicial de constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações 50

Capítulo III

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO 71

1. O sistema “americano” da judicial *review of legislation* ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o *leading case* William Marbury v. James Madison 73
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen 85

3.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	95
3.1.	A Constituição de 1824	95
3.2.	A Constituição de 1891	96
3.3.	A Constituição de 1934	97
3.4.	A Constituição de 1937	98
3.5.	A Constituição de 1946	99
3.6.	A Constituição de 1967/69.....	100
3.7.	A Constituição de 1988	100

Capítulo IV

MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 105

1.	Quanto ao parâmetro do controle	105
2.	Quanto ao objeto do controle	109
3.	Quanto ao momento da realização do controle	109
4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	111
5.	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	116
6.	Quanto ao modo de manifestação do controle.....	117
7.	Quanto à finalidade do controle	119

Capítulo V

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 121

1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	121
2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade	122
2.1.	A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	124
2.2.	O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	126
2.3.	A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	127
2.4.	O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	137
2.4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto	137
2.4.2.	Objeto	146
2.4.3.	Legitimidade ativa.....	147

2.4.4. Legitimidade passiva	148
2.4.5. Competência.....	150
2.4.6. Decisão e seus efeitos	151
2.4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	167
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitu- cionalidade	169
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitu- cionalidade	170
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade..	176
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitui- cionalidade	179
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	182

Capítulo VI

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 199

1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição Brasilei- ra de 1988. considerações gerais e natureza da questão constitucional	199
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade	200
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as ações diretas.....	207
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF	212
4.1. A intervenção do particular.....	213
4.2. A intervenção do colegitimado	215
4.3. A intervenção do “amicus curiae”	218
4.4. A intervenção do amicus curiae no CPC/2015.....	227

Capítulo VII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 229

1. Origem, conceito e finalidade	229
2. Legitimidade ad causam	230
3. Competência	239
4. Parâmetro e objeto.....	244
5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	258

5.1. Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	260
5.2. Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade	261
5.3. Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade	265
6. Decisão e efeitos	265
6.1. Modulação dos efeitos gerais e temporais	277
6.2. Técnicas de decisão e efeitos	280

Capítulo VIII

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO..... 287

1. Origem e generalidades	287
2. Natureza, finalidade e procedimento	288
2.1. Possibilidade de medida cautelar	291
3. Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	292
4. Parâmetro e objeto	293
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	293
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	296
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades	297
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial	298
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material	303
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa	304
4.4. As omissões controláveis	304
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado	306
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988 ...	309
5. Decisão e seus efeitos	314
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção”	324

Capítulo IX

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA) 327

1. Origem, conceito e finalidade	327
2. Legitimidade <i>ad causam</i>	330
3. Competência	331
4. Parâmetro e objeto	331

5.	Procedimento. A Lei nº 12.562/2011	333
6.	Da medida liminar.....	335
7.	Decisão e efeitos.....	336

Capítulo X

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE..... 339

1.	Origem, conceito e finalidade	339
2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	340
3.	Competência	341
4.	Parâmetro e objeto.....	342
5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99	342
6.	Decisão e efeitos.....	344

Capítulo XI

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 347

1.	Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	347
2.	A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais.....	353
3.	Conceito de “descumprimento” na arguição.....	358
4.	Modalidades da arguição de descumprimento.....	359
5.	Arguição direta ou autônoma.....	361
5.1.	Legitimidade <i>ad causam</i>	362
5.2.	Competência	368
5.3.	Procedimento. A Lei 9.882/99.....	368
5.4.	Medida liminar.....	371
5.5.	Objeto. Os atos ou omissões controláveis	372
5.5.1.	Atos normativos.....	374
5.5.2.	Atos não normativos e as decisões judiciais.....	376
5.5.3.	Atos municipais.....	377
5.5.4.	Atos anteriores à Constituição.....	379
5.5.5.	Atos políticos.....	380
5.5.6.	Projetos de leis ou de emendas constitucionais	382
5.5.7.	Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	385
5.6.	Decisão e seus efeitos.....	387

6.	Arguição incidental.....	392
6.1.	Legitimidade ad causam.....	396
6.2.	Objeto.....	398
6.3.	Controvérsia constitucional relevante.....	399
7.	O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	401
8.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do Poder Público.....	410
9.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....	414
9.1.	O Estado de Coisas Inconstitucional.....	414
9.2.	O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF).....	415

Capítulo XII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS 417

1.	Considerações gerais.....	417
2.	O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados.....	417
3.	O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados.....	422

Capítulo XIII

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA E AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 23 DE JULHO DE 2008 429

1.	Considerações Iniciais.....	429
2.	O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	430
3.	Composição do Conselho Constitucional.....	431
4.	Competência do Conselho Constitucional.....	432
4.1.	O Controle Preventivo de Constitucionalidade.....	432
4.2.	A Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....	433
5.	Considerações finais.....	436

Capítulo XIV

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL..... 439

1.	Considerações Iniciais.....	439
----	-----------------------------	-----

2.	A fiscalização de constitucionalidade antes da Constituição de 1976.....	440
3.	A fiscalização de constitucionalidade no texto inicial da Constituição de 1976.....	442
4.	A fiscalização de constitucionalidade na Constituição de 1976 após a Revisão Constitucional de 1982 e o atual sistema português de fiscalização de constitucionalidade.....	444

Capítulo XV

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CHILE, COLÔMBIA, PERU, EQUADOR, BOLÍVIA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA E BÉLGICA 453

1.	Considerações Iniciais	453
2.	O Controle de Constitucionalidade no Chile.....	453
3.	O Controle de Constitucionalidade na Colômbia.....	458
4.	O Controle de Constitucionalidade no Peru	462
5.	O Controle de Constitucionalidade no Equador	463
6.	O Controle de Constitucionalidade na Bolívia.....	467
7.	O Controle de Constitucionalidade na Alemanha	469
8.	O Controle de Constitucionalidade na Espanha	471
9.	O Controle de Constitucionalidade na Itália.....	473
10.	O Controle de Constitucionalidade na Bélgica	475

BIBLIOGRAFIA 479